OS POSSÍVEIS BENEFÍCIOS GERADOS PELA OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PELAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

POTENTIAL BENEFITS GENERATED BY THE OBLIGATION OF PULBICAÇÃO STATEMENT OF VALUE ADDED BY COMPANIES TRADED

Claudio Luiz de Oliveira Costa

Professor tutor do curso Gestão Pública Municipal da Universidade do Rio - UNIRIO; mestrando em engenharia civil, Universidade Federal Fluminense - UFF;

Endereço: Rua Passo da Pátria, 156, sala 241 - Bloco D - Escola de Engenharia - São Domingos, Niterói, RJ - CEP: 24210-240

Telefone: (21) 98869-0145

E-mail: claudioluizoc@ig.com.br

Tiago Rodrigues Guimarães

Graduado em Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense - UFF;

Endereço: Rua São Paulo, 30, Centro, Niterói, RJ - CEP: 24020-150

Telefone: (21) 98350-0982

E-mail: tirogui@bol.com.br

Recebido: 01/11/2013 2ª versão: 06/12/2013

Aprovado: 19/11/2013 Publicado: 24/12/2013

Luiz Carlos Brasil de Brito Mello

Professor adjunto 3 do Departamento de Engenharia de Produção e do Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal Fluminense - UFF

Endereço: Rua Passo da Pátria, 156, sala 241 - Bloco D - Escola de Engenharia - São Domingos, Niterói, RJ - CEP: 24210-240

Telefone: (21) 2629-5716

E-mail: luiz.brasil@gmail.com

RESUMO

A contabilidade tem como um de seus grandes desafios colocar à disposição de seus usuários informações que retratem as relações das empresas com a sociedade. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA – apresenta-se como um instrumento capaz de evidenciar tanto os aspectos econômicos quanto os aspectos sociais, inovando o enfoque utilizado até então e constituindo-se em uma rica demonstração para aferição dessas relações. Este estudo tem como objetivo apresentar alguns dos benefícios advindos da compulsoriedade da publicação da DVA, cuja obrigatoriedade foi introduzida pela lei 11.638/2007 que modificou uma série de dispositivos na lei 6.404/76. A metodologia utilizada foi à revisão de literatura, sendo a pesquisa classificada como bibliográfica explicativa e descritiva, em que se privilegiou a pesquisa em livros, revistas, sites e outras fontes documentais. Neste estudo, avaliou-se o poder informativo trazido pela DVA no que concerne à geração de riqueza pelas empresas e sua distribuição aos agentes econômicos que ajudaram a criá-la como proprietários, sócios, acionistas,

governo, financiadores externos e empregados. Como resultado da pesquisa foi possível afirmar que a publicação da DVA pelas companhias de capital aberto no Brasil constitui-se de um excelente avaliador da distribuição da riqueza das empresas para a sociedade, possibilitando a comparação dos indicadores entre empresas do mesmo ramo, dando auxílio na mensuração do Produto Interno Bruto – PIB e gerando um aumento das informações das sociedades à disposição dos seus usuários e interessados.

Palavras-chaves: Contabilidade; Informações; Responsabilidade Socioambiental; Balanço Social; Demonstração do Valor Adicionado.

ABSTRACT

The accounting has as one of its major challenges to make available to its users information that portray the relationship of companies with society. The Statement of Value Added - DVA - is presented as a tool to highlight both the economics and the social aspects, innovating the approach used so far and thus becoming a rich demonstration to measure these relationships. This study aims to present some of the benefits arising from the publication of compulsoriedade DVA, whose obligation was introduced by law 11.638/2007 which amended a number of provisions in the law 6.404/76. The methodology used was the literature review, the research being classified as literature, explanatory and descriptive, in which privileged research in books, magazines, websites and other documentary sources. In this study, we evaluated the informative power brought by the DVA regarding the generation of wealth by companies and their distribution to economic agents who helped create it as owners, partners, shareholders, government, external funders and employees. As a result of the research, it was possible to say that the publication of the DVA by publicly traded companies in Brazil constitutes an excellent evaluator of wealth distribution of business to society, enabling the comparison of indicators between firms in the same industry, giving aid in the measurement of Gross Domestic Product - GDP and generating an increase in corporate information available to its users and stakeholders.

Keywords: Accounting; Information; Social Responsibility; Social Balance Sheet y Statement of Value Added.

1. INTRODUÇÃO

Um dos principais objetivos da contabilidade é oferecer informações a respeito da vida das empresas. Originalmente não há qualquer restrição de utilização da contabilidade por qualquer tipo de entidade. Porém, o que se percebe é que, tradicionalmente como regra, as empresas são as que mais têm recorrido a esse tipo de recurso.

Os meios e as formas de comunicação que a contabilidade tem utilizado ao longo dos tempos são as demonstrações contábeis. Dentre elas, destacam-se o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicação de Recursos, as Demonstrações de Fluxos de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas.

Na década de 60, com os movimentos sociais iniciados na França e Inglaterra e a aventura norte-americana no Vietnã, as exigências em relação à responsabilidade coletiva das empresas começaram a ser mais ostensivas.

É dessa época o surgimento da necessidade de informações que pudessem atender mais diretamente aos grupos de usuários que sempre eram citados nos documentos contábeis, mas nunca beneficiados com informações que lhes fossem particularmente úteis.

Informações relativas a remunerações e respectivos encargos sociais, formação profissional,

condições de higiene e segurança no trabalho, dentre outras, passaram a ser reivindicadas.

Nos dias atuais não se concebe mais a empresa unicamente como uma entidade que comercializa um produto ou presta um serviço com o objetivo de lucro apenas, sem que no processo de busca desse objetivo diversos relacionamentos fundamentais deixem de existir. Essa estrutura afeta no âmbito interno os empregados e no âmbito externo o governo, a sociedade e o meio ambiente. De acordo com Tinoco (2001, p. 115):

A grande responsabilidade social das organizações consiste em gerar renda e emprego, distribuídos de forma mais equitativa do que vem ocorrendo, a todos os envolvidos em sua geração, propiciando àqueles que estão afastados dos seus postos de trabalho e do mercado, perspectivas de ingresso neste, especialmente em países de terceiro mundo como o Brasil, as entidades devem satisfazer adequadamente às demandas de seus clientes e parceiros nos negócios e nas atividades e especialmente divulgar e dar transparência aos agentes sociais e a toda sociedade de sua inserção no contexto das relações econômicas, financeiras, sociais, ambientais e de responsabilidade pública por meio do Balanço Social.

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA – é o demonstrativo mais comum e antigo que o Balanço Social, tendo seu conceito cunhado e desenvolvido na Europa há vários anos atrás. Com o passar do tempo a DVA passou a ser cada vez mais solicitada internacionalmente, inclusive em virtude da expressa recomendação da Organização das Nações Unidas – ONU.

A Demonstração do Valor Adicionado é um tipo de relatório contábil que apresenta informações de natureza econômica, indicando como foi criada a riqueza da empresa e quais fatores contribuíram para essa criação.

Por outro lado, a DVA tem um papel importantíssimo, pois atende às necessidades de diversos usuários da contabilidade como os investidores, os administradores, os governos, os banqueiros e os fornecedores. Além disso, por outro lado, a DVA atende às necessidades dos consumidores dos produtos e serviços da empresa, dos empregados, enfim, da sociedade como um todo.

Por todos os fatores apresentados, surgiu o problema deste trabalho que é este, a saber: **Quais os principais benefícios obtidos pelas empresas que publicam a Demonstração do Valor Adicionado?**

Santos (2003, p. 76) corrobora com a mesma ideia ao dizer que:

Parece bastante importante fazer uma análise em que se possa verificar, dentro de uma nova óptica, como a contabilidade poderá participar, nessa nova fase por que passa a relação empresa-sociedade, com outros indicadores no auxílio de verificar a riqueza gerada e distribuída em nosso país.

1.1 Suposição

Em termos gerais, tem aumentado o entendimento de que o papel social das empresas não se limita às obrigações impostas pelas legislações.

Peter Drucker *apud* ASHLEY (2002, p. 7), nos chama a atenção para o fator importante para as organizações que se traduz em sustentabilidade:

...é justamente em função de a empresa ser bem-sucedida no mercado que cresce a necessidade de atuação socialmente responsável, visando diminuir os problemas sociais. Assim, a responsabilidade social é um fator importante para que as companhias mantenham sua sustentabilidade.

Em conformidade com este pensamento pode-se dizer que para ser conceituada como socialmente responsável a empresa precisa não só cumprir a legislação, mas também apoiar o desenvolvimento da comunidade, preservar o meio ambiente e tornar-se responsável por todos aqueles com quem mantém relacionamento, sejam eles acionistas, empregados, fornecedores, clientes, concorrentes, governo ou comunidade.

A DVA evidencia o valor das riquezas criadas pela sociedade, bem como sua efetiva distribuição que se dá entre os detentores de capitais, acionistas e financiadores externos, trabalhadores e a parte destinada ao governo na forma de impostos.

Sendo assim, baseado no exposto, supõe-se que os possíveis benefícios informacionais gerados pela obrigatoriedade da elaboração da DVA pelas empresas de capital aberto são estes, a saber:

- Demonstração da riqueza gerada pela empresa e sua distribuição entre os fatores de produção;
- Aumento de informações para tomada de decisão;
- Possibilidade de comparação através de índices financeiros entre empresas do mesmo ramo de atividade;
- Auxílio ao governo na mensuração do Produto Interno Bruto.

1.2 Objetivos da Pesquisa

O objetivo final desta pesquisa é, através do estudo e caracterização da Demonstração do Valor Adicionado, identificar e apresentar os possíveis benefícios gerados pela obrigatoriedade de publicação dessa demonstração para as empresas de capital aberto no Brasil.

Os objetivos intermediários procuram explicar e apresentar a DVA, citar os possíveis benefícios gerados pela obrigatoriedade da publicação da DVA de forma pormenorizada pelas empresas de capital aberto no Brasil, destacar a importância da DVA para as empresas de capital aberto e, por fim, demonstrar indicadores a partir da DVA.

1.3 Delimitação da Pesquisa

O estudo pretende abordar alguns dos possíveis benefícios advindos da obrigatoriedade de publicação da DVA pelas empresas de capital aberto no Brasil. Não será, por isso, escopo deste artigo, analisar o reflexo da publicação da DVA em empresas de capital fechado, nem tampouco em empresas de médio e pequeno porte.

1.4 Metodologia

Esta pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa bibliográfica em que foi feita uma revisão de literatura, privilegiando-se a pesquisa em livros, revistas, sites e outras fontes documentais.

Além disso, esta pesquisa se classifica também como descritiva e como explicativa. Por isso, pretende-se neste trabalho, descrever e explicar alguns dos conceitos, tais como Responsabilidade Socioambiental, Sustentabilidade, Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado, dentre outros.

2. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

As empresas há muito tempo vêm sendo questionadas em relação à responsabilidade socioambiental que devem assumir e esse questionamento tem partido de diferentes públicos ligados direta ou indiretamente a elas como consumidores, funcionários, comunidade, imprensa e governo.

Por isso, pode-se dizer que no mundo dos negócios globalizados as empresas são forçadas a adquirir ou alterar sua postura frente às pressões de uma sociedade que vem exigindo compromisso social delas.

Esse compromisso social legitima as empresas como agentes de promoção social e favorece o estabelecimento de uma relação mais saudável de credibilidade entre empresa e sociedade.

De fato, há claros indícios de que as empresas estão investindo mais em questões sociais porque isso significa ganhar a preferência do consumidor, ter suas ações valorizadas no mercado, contar com os melhores parceiros, representando ganho de negócio. Para os autores Cajazeira e Barbieri (2006, p. 1-16):

Há indícios de que as empresas atualmente adotam valores e normas de conduta condizentes com o conceito de responsabilidade social empresarial. Com isso, essas empresas mostram que sua estratégia e competitividade podem ser parceiras do cuidado com o meio ambiente e com a busca de uma sociedade mais justa.

Tais considerações levam todos a acreditar que o público que mais tem provocado o repensar das empresas nesse contexto social é o consumidor que garante a empresa sua sobrevivência.

O perfil de um consumidor mais consciente e exigente, principalmente no que se refere aos impactos sociais e ambientais, ainda é mais reconhecido em países de Primeiro Mundo, onde a postura de empresa-cidadã já não é novidade.

No Brasil, o investimento social pode ser considerado novo, apesar do mercado consumidor ser bem consciente, exigente ou mesmo ético.

Afinal, não se pode também conceber que as empresas no Brasil fiquem aquém das novas tendências contemporâneas que alertam cada vez mais para a necessidade de construção e defesa da cidadania.

A sinalização de uma mudança de mentalidade dos empresários no Brasil já pode ser percebida, principalmente com o investimento que alguns setores vêm fazendo em produtos ecologicamente corretos e em iniciativas que contribuem, por exemplo, para a qualidade de vida de comunidades de baixa renda. Neste sentido, eticamente, Oded Grajew (2002, p. 4) afirma que:

...a relação socialmente compromissada da empresa com a comunidade, para abranger todas as relações das empresas: com meio ambiente... gera um dimensionamento de seus valores éticos, reforçando o relacionamento com a comunidade.

Para Maximiano (2005, p. 424), “responsabilidade socioambiental baseia-se na premissa de que as organizações são instituições sociais, que existem com autorização da sociedade, utilizam os recursos da sociedade e afetam a qualidade de vida da sociedade”.

Na visão de Tinoco (2001, p. 116), “responsabilidade socioambiental pressupõe o reconhecimento da comunidade e da sociedade como partes interessadas da organização, com necessidades que precisam ser atendidas”.

Desse modo, a responsabilidade socioambiental não está situada apenas no âmbito da caridade ou da filantropia tradicionalmente praticada pela iniciativa privada. Nota-se que seu conceito está mais próximo das estratégias de sustentabilidade de longo prazo das empresas que passam a se preocupar com os efeitos das atividades desenvolvidas e o objetivo de proporcionar bem estar para a sociedade.

3. SUSTENTABILIDADE

Desde o século XX tem havido um crescente interesse pelos danos provocados ao ambiente, afirmam estudiosos da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo – FEA-USP. Em todo o mundo existe a consciência de que o ambiente é uma questão sistêmica, isto é, que envolve todas as nações e o comportamento de cada pessoa.

Praticamente todas as necessidades humanas precisam ser atendidas por algum tipo de produto ou de serviço que cobra um preço da natureza. Sem limites, a produção de bens e de serviços acabará comprometendo a capacidade de renovação dos recursos naturais e da qualidade de vida. No extremo, a sobrevivência da espécie humana ficará comprometida pelo atendimento de suas necessidades.

Para diminuir tais comprometimentos surgiu a ideia de desenvolvimento sustentável que foi definida pela chamada Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento como “o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de atendimento das necessidades das gerações futuras”.

De acordo com Maximiano (2005, p. 445), “o conceito de Sustentabilidade baseia-se no entendimento de que os problemas do planeta são interdependentes e sistêmicos”. Segundo o instituto dos recursos mundiais, um país não poderá alcançar seus objetivos econômicos sem alcançar objetivos sociais e ambientais para todos como educação e oportunidades de emprego, saúde e assistência à maternidade, distribuição igualitária de recursos, populações estáveis e uma base sustentável de recursos naturais.

Portanto, o exercício da responsabilidade socioambiental corporativa está associado à noção de sustentabilidade que visa conciliar as esferas econômica, ambiental e social na geração de um cenário compatível à continuidade e à expansão das atividades das empresas, no presente e no futuro.

Para Lauretti (2006, p. 27), “Sustentabilidade implica na capacidade de a atual geração prover às suas necessidades sem comprometer idêntica capacidade das futuras gerações”.

A Sustentabilidade pode ser vista sob dois ângulos: primeiro o da sustentabilidade corporativa, dos negócios, que é visão de longo prazo na atividade empresarial; segundo como a sustentabilidade que contempla a preservação das condições de vida na Terra.

4. O BALANÇO SOCIAL

As organizações com ou sem fins lucrativos buscam aperfeiçoar, no tempo e no espaço, seu desempenho econômico e social, alocando, para isso, recursos econômicos escassos, tais como: capital, tecnologia, recursos físicos, recursos naturais e recursos humanos. Se bem geridos, esses recursos produzem bens e serviços que satisfazem às ilimitadas necessidades de seus clientes.

O registro, a acumulação, a mensuração, a avaliação e a divulgação das atividades e operações das entidades são feitos pela contabilidade de forma sistêmica através das demonstrações contábeis.

O progresso econômico e a emergência das grandes empresas transnacionais, públicas, estatais, industriais, comerciais e associações de entidades financeiras, são a origem de uma restauração no que tange à finalidade da atividade humana.

A partir desta perspectiva as empresas foram aos poucos sendo obrigadas a justificar seu objetivo social, visando melhorar sua imagem aos olhos da sociedade. Hoje elas devem alinhar-se sobre as normas sociais para moderar ou suprimir os prejuízos que provocavam e provocam.

A melhor forma de prestar contas das performances empresariais consiste em elaborar um quadro socioeconômico que leve em conta os recursos externos utilizados e os aportes à comunidade. Estes dados sociais dizem respeito às relações que podem ocorrer entre as empresas e a coletividade de seu conjunto (estado, consumidores e trabalhadores). Tal documento presta simultaneamente contas da ação da empresa a respeito de seus colaboradores e de suas relações com o meio ambiente.

A partir desse momento, diversas empresas passaram a prestar contas de suas ações e objetivos sociais através da publicação anual de relatórios que continham informações de caráter social. Foram estes relatórios que deram origem ao que hoje chamamos de Balanço Social.

Finalizando, Carvalho *apud* Tinoco (2001, p. 25) ensina que:

A noção de responsabilidade socioambiental remete para a atitude da empresa, em face das exigências da sociedade, em consequência de suas atividades, a avaliação e compensação dos custos sociais que a mesma gera e ampliação do campo de seus objetos, definindo o papel social a desenvolver para, assim, obter legitimidade e responsabilidade perante os diversos grupos humanos que a integram e a comunidade em seu conjunto.

4.1 O Balanço Social no Brasil

Em 1961 foi constituída, em São Paulo, a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas – ADCE, iniciando no país uma pregação sobre a responsabilidade do dirigente da empresa nas questões sociais.

Em 1977 a ADCE, já com uma atuação de âmbito nacional, organizou o 2º Encontro Nacional de Dirigentes Cristãos de Empresas, tendo como tema central o Balanço Social da empresa. Ainda nesse ano a delegação brasileira, liderada por Nelson Gomes Teixeira, Ernesto Lima Gonçalves e Paulo Caletti, destacou-se na assembléia anual da União Internacional Cristã de Dirigentes de Empresas (Uniapac), realizada no México, ao apresentar o trabalho “Balanço Social – Instrumento a Serviço da Empresa”.

A partir de 1979 a ADCE passou a organizar seus congressos anuais e, em todos eles, o tema “Balanço Social” tem sido objeto de reflexão. De acordo com Diniz *apud* Torres (2002, p. 18): “Os anos 80 foram marcados pelo esgotamento do modelo de desenvolvimento instaurado no pós-guerra, cujo desdobramento ao longo de quatro décadas – dos anos 40 aos 70 – deu-se sob a égide de um estado altamente intervencionista”.

Nesse período os sindicatos se fortaleceram, nasceram e se consolidaram as Organizações Não-Governamentais (ONGs). Com isso, a sociedade passou por áureos períodos de participação na organização e atuação efetivas das greves do ABC paulista à promulgação da Carta de 88, na campanha das Diretas Já, na redemocratização e no movimento constituinte. Também mereceram destaque as lutas relacionadas às questões étnicas e raciais, as conquistas feministas e os embates dos ambientalistas durante toda a década de 80.

A sociedade, empresários e empresas passaram por amplo processo de transformação. No entanto, o novo e principal fator desse período foi o crescimento da participação popular.

No ano de 1984 foi publicado o primeiro relatório de cunho social de uma empresa brasileira: o relatório de atividades sociais da Nitrofértil, empresa estatal que se situava no Estado da Bahia. Esse documento tentava dar publicidade às ações sociais realizadas e ao processo participativo desenvolvido na empresa durante aquele período. O documento recebeu o nome de Balanço Social da Nitrofértil.

Em 1992 o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) produziu um relatório completo denominado Balanço Social do Banespa, divulgando as ações realizadas ao longo do ano, sendo publicado no início de 1993.

A partir de 1993, empresas de diversos setores passaram a realizar, ano após ano, efetivas ações sociais e ambientais, ao mesmo tempo em que começaram a divulgar um perfil mais social e humano de várias corporações.

Foi no início dos anos 90 que a realização anual de relatórios sociais e ambientais entrou num amplo processo de aceitação e disseminação no meio empresarial. Dessa forma, os chamados balanços sociais anuais passaram a fazer parte da realidade de um número cada vez maior de corporações.

Em 1997 o sociólogo Herbert de Souza e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE – chamaram a atenção dos empresários para a importância e a necessidade da realização do Balanço Social das empresas em um modelo único e simples. Este modelo foi desenvolvido pelo IBASE em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas no ano 2000.

Ainda em 1997 o IBASE realizou um amplo seminário no Rio de Janeiro para discutir a importância da realização do Balanço Social e da própria responsabilidade social. O IBASE também criou o selo “Balanço Social” que está sendo fornecido às empresas que publicam seu Balanço Social anualmente até hoje.

O tema responsabilidade socioambiental ainda não se manifestou na evidenciação dessa responsabilidade por parte das empresas. Verifica-se que ainda existe na área contábil a necessidade da criação de um Balanço Social que verdadeiramente evidencie as atividades das empresas, seus benefícios ou prejuízos para a sociedade, o meio-ambiente e seus funcionários.

Segundo Souza (1997, p. 2), “é possível pensar nessa realidade: ter não somente um balanço financeiro das empresas, mas também um social, para que o conjunto da sociedade tome conhecimento do que já avançamos e do que teremos ainda a avançar nessa direção”.

4.2 As quatro vertentes do Balanço Social

De acordo com a FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras, no seu “Manual de contabilidade das sociedades por ações aplicáveis às demais sociedades”, de 2007, o Balanço Social possui quatro vertentes que serão estudadas a seguir.

4.2.1 Demonstração do Valor Adicionado

Há anos surgiu na Europa a Demonstração do Valor Adicionado – DVA – principalmente por influência da Inglaterra, da França e da Alemanha, e tem sido cada vez mais solicitada internacionalmente, inclusive em virtude de expressa recomendação da ONU.

Trata-se de um tipo de relatório contábil que apresenta informações de natureza econômica, indicando como foi criada a riqueza da empresa e quais fatores contribuíram para essa criação.

A Demonstração do Valor Adicionado atende às necessidades internacionais de diversos usuários da contabilidade como os investidores, os administradores, os governos, os banqueiros, os fornecedores, os consumidores dos produtos e serviços da empresa, os empregados, enfim como à sociedade.

4.2.2 Balanço Social com foco nas pessoas

Elaborar o Balanço Social representa, para estudiosos, estabelecer e explicitar as relações existentes entre o pessoal e a entidade em que trabalham.

Assim, descrever o emprego, as relações de trabalho existentes nas entidades, a forma como os trabalhadores ingressam no mercado de trabalho, sua evolução ao longo do tempo, o modo como a entidade estimula sua formação e promoção, a remuneração e outros benefícios conferidos aos assalariados, as condições de vida e trabalho, condições de higiene e segurança, constituem-se num dos pilares para a elaboração do Balanço Social.

Estes são alguns aspectos importantes para a divulgação de informação a respeito do pessoal que trabalha na empresa: emprego, remunerações e outros benefícios (custos com o pessoal), formação profissional e desenvolvimento contínuo, condições de higiene e segurança no trabalho, dentre outras condições de trabalho.

4.2.3 Balanço Ambiental

O grande desafio da contabilidade é evidenciar as informações social e ecológica para os tomadores de decisões e os usuários da informação contábil. Ressalte-se, todavia, que a evidenciação dessas informações não precisa ficar condicionada aos padrões das demonstrações contábeis.

Algumas empresas fazem um relatório à parte como o Balanço Social e divulgam os resultados obtidos pelos esforços da companhia na contenção dos danos ao meio ambiente aos gestores das áreas operacionais envolvidas para orientação quanto às medidas e recursos necessários para aperfeiçoamento ou manutenção dos melhores resultados.

Esses recursos econômicos e financeiros, consumidos pelas empresas, são identificados e apurados pela contabilidade das companhias. Basicamente todos os procedimentos pertinentes à proteção, recuperação e restauração do meio ambiente envolvem o consumo de recursos econômicos e financeiros.

O desenvolvimento da Contabilidade Ambiental é resultado da necessidade de oferecer informações adequadas às características de uma gestão ambiental. Ela, a contabilidade ambiental, é um conjunto de informações que relatam, adequadamente e em termos econômicos, as ações de uma entidade que modificaram ou modificaram seu patrimônio.

O Balanço Ambiental, originário do Balanço Social, pode comportar informações físicas e monetárias, ou seja, os reportes entre dados físicos e dados monetários devem permitir acumular, ao menos parcialmente, as insuficiências em matéria de avaliação. Além disso, comporta a colocação em paralelo dos dois sistemas de dados, o que permite evidenciar os custos específicos que representam os investimentos antipoluição.

No momento são importantes as informações de ordem financeira que atendem ao objetivo de demanda por parte dos investidores privados e do poder público.

Para os investidores privados são muito importantes essas informações porque determinadas empresas poluidoras tendem a desaparecer ou a modificar seu comportamento. Dentre alguns dos benefícios da administração com consciência ecológica, destacam-se a consciência humana, consenso político, oportunidade de mercado, redução de risco, redução de custos e integridade pessoal.

4.2.4 Benefícios e contribuições à Sociedade

A sociedade precisa da empresa e esta precisa muito mais da sociedade. Sem o seu aval nenhuma empresa permanece no mercado por muito tempo. Para fazer um contraponto entre estes dois atores sociais surgiu o balanço social. Para Maíra Ribeiro e Lázaro Plácido Lisboa *apud* Tenório (2004, p. 37), balanço social é:

Um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual deve ser explicitada a justificativa para a sua existência. Em síntese, esta justificativa deve provar que o seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor a economia e à sociedade, porque respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente. É um instrumento com potencial para demonstrar o lado social e humano das empresas, sua responsabilidade social e seu compromisso com as gerações presentes e futuras.

Quando a empresa abraçar essa ideia, os benefícios advindos serão para a sociedade como um todo e para a própria empresa.

Não restam dúvidas de que as empresas sem compromisso com o social não terão lugar no novo mercado que se forma.

Quanto aos dados, o Balanço Social apresenta em seu banco de dados as informações sobre os mais diversos aspectos da empresa. Tais informações são mensuradas através da Contabilidade Social, a qual tem por objetivo principal medir as influências recebidas e exercidas sob o meio social.

O Balanço Social não deve ser obrigatório por lei, mas sim por princípios morais, éticos, de respeito e responsabilidade socioambiental.

5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A contabilidade tem como uma de suas premissas fundamentais a identificação e aproximação das relações entre os diversos indivíduos ou entidades de uma sociedade. Ela tem todas as condições para estreitar o relacionamento entre a sociedade e as empresas, em relação à geração e distribuição de riquezas, e a sociedade que as acolhe, que, em última análise, é a detentora dos recursos naturais e humanos utilizados, muitas vezes sem ônus, por essas mesmas empresas.

Por outro lado, a demonstração do resultado do exercício não leva em consideração os benefícios obtidos pelos financiadores, trabalhadores e clientes, pois o enfoque maior é dado ao lucro ou prejuízo apurado que, em regra geral, interessa apenas ao proprietário, ao sócio ou ao acionista.

5.1 Definição da Demonstração do Valor Adicionado

Do ponto de vista das ciências econômicas, da macroeconomia, o valor adicionado está intimamente ligado à apuração do produto nacional.

Na microeconomia o valor adicionado de uma empresa é o quanto de riqueza ela pode agregar aos insumos de sua produção que foram pagos a terceiros, inclusive os valores relativos às despesas de depreciação.

Do ponto de vista da ciência contábil, pode-se afirmar que a medição ou apuração da riqueza

criada pode ser calculada através da diferença aritmética entre o valor das vendas e os insumos pagos a terceiros mais as depreciações. Cabe ressaltar que para fins deste estudo será utilizado o conceito de valor adicionado do ponto de vista contábil. A seguir, relacionam-se alguns desses pronunciamentos. De acordo com De Luca (1992, p. 56):

O valor adicionado de uma empresa representa o quanto de valor ela agrega aos insumos que adquire num determinado período e é obtido, de forma geral pela diferença entre as vendas e total dos insumos adquiridos de terceiros. Este valor será igual à soma de toda remuneração dos esforços consumidos nas atividades da empresa.

Para Yoshioka (1998, p. 1), “em linhas gerais, o valor adicionado é o valor que foi, em cada etapa produtiva, acrescido (adicionado) ao valor das matérias primas utilizadas”.

Ainda de acordo com Tinoco (2001, p. 65), “denomina-se valor adicionado em determinada etapa da produção a diferença entre o valor bruto da produção e os consumos intermediários nessa etapa”.

A DVA é um componente importantíssimo do Balanço Social e deve ser entendida como a forma criada pela contabilidade para auxiliar na medição e na demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade.

Essa demonstração pode ser elaborada com base em dados oriundos da contabilidade, extraídos de registros efetuados de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, que poderão ser obtidos principalmente na Demonstração do Resultado do Exercício, mas que jamais poderá ser confundida com ela. De acordo com Yoshioka (1998, p. 2):

Há uma grande diferença entre uma demonstração de resultado e uma demonstração do valor adicionado, tendo em vista que apresentam enfoques diferentes e, de certa forma, são complementares. O principal objetivo da primeira é mostrar o lucro líquido que, em última instância, é a parte do valor adicionado que pertence aos sócios como investidores de capital de risco. Por outro lado, a demonstração do valor adicionado mostra a parte que pertence aos sócios, a que pertence aos demais capitalistas que financiaram a empresa com capital a juros, a parte que pertence aos empregados e a que fica com o governo.

Na demonstração dos resultados essas partes dos demais capitalistas são consideradas despesas. Isso se deve ao fato de que, para o proprietário, essas riquezas distribuídas são redução de sua parte, de seu lucro. Na demonstração de resultado o enfoque é o lucro líquido e seu interesse é dos proprietários, dos sócios ou dos acionistas.

A DVA fornece uma visão bem abrangente sobre a real capacidade de uma entidade produzir riqueza, no sentido de agregar ou adicionar valor em seu patrimônio e sobre a forma de como distribui essa riqueza entre os diversos fatores de produção.

Portanto, para esta demonstração, a distribuição da riqueza gerada pela empresa obedecerá ao beneficiário da renda. Assim, a distribuição será apresentada para os detentores de capitais, acionistas e financiadores externos. Para os trabalhadores, destacando-se os salários e encargos. E, finalmente, a parte destinada ao governo na forma de impostos que podem ser municipais, estaduais ou federais.

5.2 Importancia da Demonstração do Valor Adicionado

A contabilidade utiliza a Demonstração do Valor Adicionado para identificar e divulgar o quanto à atividade da empresa gera de recursos adicionais para a economia local, como e para quem os distribui.

É muito importante para as comunidades que vão receber alguma empresa saber e avaliar qual a efetiva contribuição que determinada companhia trará para o desenvolvimento da região, pois de nada lhes adianta quem vende muito, mas, que ao mesmo tempo, está agregando um pequeno valor de riqueza para a localidade.

Para avaliação de investimentos faz-se necessário identificar os benefícios que podem gerar (ou que estão gerando), frente aos recursos que consomem de modo a se aferir as vantagens da permissão de sua instalação ou continuidade, ou, ainda, para induzi-las à melhoria de seu comportamento social e econômico.

Idealmente a empresa instalada em um determinado município deve empregar a mão de obra local, gerar benefícios para estes e seus familiares, além da comunidade que a cerca. Vive-se hoje sob a égide da administração pública descentralizada, ou seja, cada município recebe uma verba dos governos estadual e federal e a complementa com impostos municipais arrecadados, devendo gerenciar o atendimento das necessidades básicas de infraestrutura e urbanização da cidade. Claro está que há necessidade de fomentar a criação de atividades econômicas que gerem impostos para complementar os recursos e também aproveitar a força de trabalho disponível.

Empregar a mão de obra local implica em reduzir os serviços assistenciais do governo e incentivar a criação de novos postos de trabalho. Além disso, estes fatores acabam por gerar impostos em virtude do aumento das atividades comerciais e de serviços, o que acarreta, por fim, a elevação da renda da comunidade.

Contudo, se uma indústria obtém autorização para funcionamento em um município, mas utiliza mão de obra de outros municípios, os recursos distribuídos a título de remuneração serão consumidos nestes outros municípios, desestimulando, com isso, a criação de atividades econômicas que possam absorver tais recursos e o emprego da força de trabalho disponível. E para piorar, a indústria terá consumido os recursos municipais com o uso da infraestrutura que lhe foi disponibilizada.

Imagina-se que muitas empresas consomem todos os recursos já mencionados e o único benefício que propicia para a localidade é o emprego dos moradores da cidade, o que não acarreta nenhum valor durante os seus processos produtivos. Esta é uma situação não muito comum, mas configura poucas alternativas de continuidade, dado que esta requer o reinvestimento dos resultados positivos, ou seja, dos lucros na manutenção da empresa. Os sócios não podem estar permanentemente aportando novos recursos à companhia, uma vez que esta deve ter condições para sua automanutenção. É necessário que seja agregado algum valor aos produtos da empresa de forma a justificar um aumento no preço que permita sua continuidade.

A elaboração e a divulgação da DVA pelas empresas em muito enriquecerá as informações contábil e social, sendo de vital importância para todos que se dedicam à atividade de analisar as demonstrações contábeis e financeiras das organizações.

As informações contidas na DVA são importantes para a entidade e para a sociedade porque a Demonstração do Resultado do Exercício evidencia apenas qual é a parcela da riqueza criada que efetivamente permanece na empresa na forma de lucro. Já as outras demonstrações não são capazes de indicar quanto de valor a entidade está adicionando e nem de que forma os valores adicionados foram distribuídos.

Os efeitos da apresentação de uma DVA são muito importantes porque possibilitam uma análise que de forma alguma poderia ser alcançada apenas com as demonstrações tradicionais que a contabilidade hoje oferece.

A apresentação da riqueza gerada e a forma de sua distribuição podem até mesmo derrubar determinados mitos. Identificar, portanto, entre os agentes econômicos quais são os maiores ou menores beneficiários, passa a ser uma tarefa possível dentro da empresa.

A obrigatoriedade da publicação da DVA contribui, dentre outros fatores, para o aumento da transparência empresarial decorrente da implantação de boas práticas de governança corporativa. Ademais, um número cada vez maior de empresas há muitos anos tem adotado a DVA e, com isso, tem contribuído para a transparência dos relatórios financeiros em um contexto de crescente preocupação com as práticas de responsabilidade socioambiental. Por fim, adota-se a DVA para dar continuidade ao processo de convergência das práticas contábeis brasileiras com as internacionais.

5.3 A alteração na lei 6.404/73 e alguns de seus benefícios

O Brasil avançou em dezembro de 2007 para a modernização de suas práticas contábeis ao acelerar sua convergência ao chamado IFRS - *International Financial Reporting Standards*, o padrão internacional para as demonstrações financeiras. Pode-se dizer que o marco da mudança ocorreu com a aprovação, pelo Congresso Nacional e a posterior sanção da Presidência da República, da Lei 11.638 que altera uma série de dispositivos contábeis previstos na Lei das Sociedades por Ações, a 6.404/76.

De acordo com Carneiro (2008, p. 16), “a partir de agora, caminhamos firmemente para o alinhamento das práticas contábeis brasileiras aos modelos globais”.

Para muitas empresas serão necessários alguns ajustes para se enquadrarem na nova lei. A estipulação de 2008 como prazo inicial para a implementação de um primeiro novo conjunto de regras é considerado extremamente curto para a adaptação das empresas, embora seja plenamente exequível.

As empresas terão de ajustar seus controles internos para uma melhor análise e divulgação de informações contábeis e financeiras, algo que pode ser complexo, dependendo do modo de organização da companhia.

Apesar dos desafios para a adaptação às novas regras, também é possível vislumbrar uma série de benefícios que as empresas obtêm ao superar os obstáculos iniciais.

As normas incluídas na nova lei avançam na aplicação de princípios de transparência e boa governança, garantindo o aperfeiçoamento do mercado como um todo. Esta harmonização permitirá às empresas brasileiras que tem suas ações negociadas em Bolsas no exterior diminuir seus custos porque não precisarão apresentar suas demonstrações financeiras em mais de uma prática contábil, como é feito atualmente.

A seguir são apresentadas as alterações estabelecidas pela Lei 11.638/07 na contabilidade das empresas atingidas pelas novas regras:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Inclusão da Demonstração do Valor Adicionado (DVA);
- Possibilidade do uso das transações para atender à legislação tributária e, na seqüência, atender os ajustes necessários para a adaptação às práticas contábeis;
- Criação de novos subgrupos de contas, intangível e ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido;
- Obrigatoriedade de a companhia ter que analisar periodicamente a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido;
- Introdução do conceito de “ajuste a valor presente” para operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- Eliminação do parâmetro de relevância para o ajuste do investimento em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial e introdução do pressuposto de que existe influencia

significativa quando a participação for de 20% ou mais no capital votante;

- Revogação da permissão do registro de prêmio emitido na emissão de debêntures e doações e subvenções para investimento;
- Eliminação da reserva de reavaliação;
- Introdução ao conceito de “sociedades de grande porte” e obrigatoriedade de que as entidades assim qualificadas sejam auditadas por auditor independente registrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- Registro, no ativo imobilizado, dos bens decorrentes de operações que transfiram para a companhia os benefícios, os riscos e os controles desses bens.

Cabe ressaltar que parte dessas alterações ainda precisa ser normatizada antes de sua aplicação.

Alguns dos impactos positivos da nova lei e algumas das vantagens que as empresas e o Brasil vislumbram são: maior transparência e credibilidade perante os investidores e o mercado em geral; modernização das práticas contábeis para atender às demandas do mercado; redução de custos e maior facilidade na captação de recursos; ganhos de eficiências decorrentes da melhor qualidade das informações; aprimoramento da governança e dos controles internos; equidade e facilidade de comparação entre empresas concorrentes; facilitação dos processos de fusão e aquisição de empresas; melhor preparação da empresa para a hipótese de ser vendida e, por último, estímulo à qualificação dos profissionais de contabilidade.

5.4 O Valor Adicionado como instrumento de análise

Tradicionalmente as análises efetuadas com base nas demonstrações financeiras consideram as avaliações patrimoniais, econômicas e financeiras. O importante é destacar que tais análises, independentemente do enfoque utilizado, têm por objetivo o fornecimento de informações que possam auxiliar na tomada de decisões.

De acordo com Matarazzo (2003, p. 15), “a análise de Balanços objetiva extrair informações das demonstrações financeiras para tomada de decisão”.

Ampliando-se esta afirmação para a DVA, pode-se dizer que a análise desta demonstração também tem por objetivo extrair informações para a tomada de decisão.

As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com regras contábeis. A análise das demonstrações transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quando melhores informações produzir.

Neste contexto é importante a distinção entre dados e informações. Os primeiros são números ou descrição de objetos ou eventos que, isoladamente, não provocam nenhuma reação no leitor e, as segundas, representam uma comunicação que pode produzir reação ou decisão, freqüentemente acompanhada de um efeito surpresa.

Por exemplo, quando se diz que o Brasil tem X milhões de habitantes, tem-se um dado. Quando se divide, por outro lado, o Produto Nacional por esse dado, encontra-se a renda per capita. Seguidamente, quando se compara essa renda com a de outros países e quando se constrói uma série histórica dessa renda, pode-se chegar à conclusão de que o Brasil é um país pobre e vem perdendo posição em relação a outros países. Nesse caso temos informação.

Entende-se que a Demonstração do Valor Adicionado representa excelente ferramenta de análise e poderá ser utilizada por todos os que pretendem entender um pouco melhor algumas relações entre a empresa e a sociedade.

A contabilidade nacional já tem se servido desse instrumento, mas agora surge a grande oportunidade de passar a utilizá-lo como uma forma de individualizar a participação de cada empresa na formação e distribuição da riqueza.

A utilização da DVA no conjunto de informações produzidas pelas empresas poderá dar condições de comparação entre grandezas econômicas que, antes, apenas com base nas demonstrações contábeis, não eram possíveis.

6. CONCLUSÕES

O objetivo geral do trabalho foi apresentar alguns dos benefícios gerados pela obrigatoriedade de publicação da DVA para as empresas que foram afetadas pela aprovação da Lei 11.638/2007 que incluiu a DVA como uma demonstração contábil obrigatória a ser publicada.

No desenvolvimento deste tratado foram indicados conceitos, características, a forma de elaboração e de utilização da DVA como instrumento de análise e comparação entre empresas. Esse fator procurou facilitar o entendimento desta demonstração e sua inserção como uma fonte de informações para os usuários das informações contábeis.

Pelo exposto, declara-se que foi confirmada a suposição e se conclui que alguns dos principais benefícios obtidos pelas empresas que publicarem a DVA foram o aumento das informações contábeis atuais, os índices extraídos da DVA, alguns dos quais, apresentados neste trabalho, auxiliarão os administradores na tomada de decisão, possibilitando também análises comparativas entre empresas do mesmo ramo de atividade. Portanto, a obrigatoriedade de publicação dará maior transparência a informações que não eram abrangidas pelas outras demonstrações contábeis. Além disso, irá atender a um número maior de usuários, dentre os quais, grande parte foi apresentada neste trabalho. O último benefício, finalmente, será o auxílio na mensuração do PIB. Assim, juntando-se todos esses benefícios pode-se dizer que eles contribuirão principalmente para apresentarem, perante a sociedade, a forma e de que forma a riqueza gerada pela empresa foi distribuída e que fatores de produção contribuíram para a formação dessa riqueza.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHLEY, Patrícia Almeida *et al.* (org). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo (SP): Saraiva, 2002.

ARRUDA, Maria Cecília Coutinho de. **Código de Ética: um instrumento que adiciona valor**. São Paulo: Negócio, 2001.

BRASIL. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 28 de Dezembro de 2007.

BRASIL. **Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 17 de Dezembro de 1976.

CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis e BARBIERI, José Carlos. **Responsabilidade social e excelência empresarial: um estudo com empresas ganhadoras do prêmio nacional da qualidade da qualidade**. In EnANPAD – 30º. Encontro. Salvador (BA), 2006. p. 1-16.

- CALIXTO, Laura. Vinte Anos de discussão sobre o Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, nº 155, set./out. 2005, Conselho Federal de Contabilidade, Brasília. P. 23-34.
- CARNEIRO, José Roberto. O avanço da transparência. **Mundo Corporativo**. Rio de Janeiro, Nº 19, p. 16-19, mar. 2008.
- CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da. **Demonstração Contábil do Valor Adicionado: Um instrumento de mensuração da distribuição da riqueza das empresas para os funcionários**. Dissertação de Mestrado. 2002. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- DE LUCA, Márcia Martins Mendes. Demonstração do valor adicionado. **Congresso Brasileiro de Contabilidade**, Salvador, 1992, CFC.
- _____. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.
- ETHOS – **Instituto Ethos**. Disponível em <http://www.ethos.org.br/> Acesso em 18 ago. 2008.
- FEA-USP – **Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo**. Disponível em <http://www.erudito.fea.usp.br/portalfea/> Acesso em 20 de ago. 2008.
- FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- FREIRE, Fátima de Souza. REBOUÇAS, Tereza Raquel da Silva. **Balanço Social- Teoria e Prática: inclui o novo modelo do IBASE**. São Paulo: Atlas, 2001.
- _____; BOTELHO, Ducineli Régis; NUNES, Florisval Mareco. Balanço Social Abrangente: ferramenta contábil eficaz para mensuração do papel social das empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade**, nº 130, jul./ago. 2001, Conselho Federal de Contabilidade, Brasília. P. 23-34.
- GRAJEW, Oded. **Por um mundo mais seguro. Guia Exame de boa cidadania corporativa**. São Paulo, Impresso, 2002.
- IBASE – **Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas**. Disponível em <<http://www.balancosocial.org.br/>>. Acesso em: 25 ago. 2008
- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- LAURETTI, Lélío. A visão ética da sustentabilidade. **Revista RI**, 2006, Rio de Janeiro ed.104.
- MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: Da revolução urbana à revolução digital**. São Paulo: Atlas, 2005.
- OLIVEIRA, Maria José da Costa. Empresas e Responsabilidade Social. Artigo apresentado no NP05, Núcleo de pesquisa relações públicas e comunicação organizacional, **XXV Congresso Anual em comunicação**, Salvador / BA, 2002.
- PEROTTONI, Marco Antonio. Balanço Social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília: CFC, nº 134, 2002.
- RODRIGUES JÚNIOR, Manuel Salgueiro. **A DVA como instrumento para mensuração da relação Custo-Benefício na concessão de incentivos fiscais: Um estudo de casos**. Dissertação de Mestrado. 2003. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- ROSSETI, José Paschoal, DONATO, José Rosseti, ROSSETI, Maria Carolina Garcia. **Contabilidade Social**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

- SCHERER, Luciano Márcio. Valor Adicionado: **Análise empírica de sua relevância para as companhias abertas que publicam a Demonstração do Valor Adicionado**. Dissertação de Mestrado. 2006. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- SOUZA, Herbert de. Empresa Publica e Cidadã. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 mar. 1997, p. 2.
- SUCUPIRA, João. **Balanco Social: A responsabilidade das empresas**. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/>> Acesso em: 19 ago. 2008.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme *et al.* **Responsabilidade social empresarial: teoria e prática**. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2004.
- TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.
- TORRES, Ciro. **Um pouco da história do Balanco Social**. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/>. Acesso em: 19 ago. 2008.
- TRIOLA, Mario F. (2005). **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 9ª edição, tradução de Vera Regina Lima de Farias e Flores.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- YOSHIOCA, Ricardo. Valor Adicionado – alguns conceitos econômicos que ajudam a entender a demonstração contábil. **Temática Contábil – Boletim IOB 8/1998**.